



ADAPTAÇÃO DE JOGOS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL II

TIVES, Karla Pereira¹; MARTINS, Marcelle de Oliveira², ALVES, Maria Luiza Tanure³

Eixo Temático: Educação Física e Inclusão Escolar

Resumo

A inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Regular é recente no Brasil, iniciada nos anos 90, garantida pela Constituição Brasileira de 1988, Leis de Diretrizes e Bases da Educação e Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Porém, existem dificuldades de ordem metodológica, atitudinal ou mesmo estrutural, e somente o acesso à escola não garante inclusão. Este trabalho relata a experiência realizada com 135 alunos do Ensino Fundamental II de escola pública municipal de Florianópolis/SC, que durante 18 aulas de Educação Física (EF) no primeiro bimestre (fev-abr) de 2019, adaptaram jogos para diferentes deficiências por eles pesquisadas e escolhidas. A atividade deu-se em quatro etapas (problematização; pesquisa; planejamento e aplicação; socialização dos jogos), com o objetivo principal de tornar cada jogo plenamente inclusivo para a deficiência escolhida. Ao final foram 15 jogos adaptados para deficiências visuais, auditiva, físicas e intelectuais, que foram posteriormente socializados com toda a escola. Com materiais simples, criatividade e comprometimento foi possível tornar aulas de EF acessíveis a todos.

Palavras-chave: Escola. Inclusão. Jogos Adaptados. Deficiência.

INTRODUÇÃO

Na constituição brasileira de 1988, Art 205, afirma-se a “Educação como um direito de todos e dever do Estado e da família”, mas a inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Regular é recente no Brasil, iniciada nos anos 90 a partir de documentos internacionais. Já houve segregação de crianças com deficiência nas escolas, visto que estavam presentes, porém em salas de ensino especial, separadas dos demais alunos. A inclusão implica na participação de alunos com necessidades educacionais especiais tendo aulas nas mesmas salas e turmas dos alunos com desenvolvimento típico, devendo haver oportunidade para participar das mesmas atividades proporcionadas aos colegas

¹ Especialista em Fisiologia do Exercício, Prof^a da Escola Básica João Alfredo Rohr, em Florianópolis/SC; ktives@yahoo.com.br;

² Mestre em Educação Física, UFPB, João Pessoa/PB; martins575@yahoo.com.br;

³ Doutora em Educação Física, FEF – Unicamp; tanure@unicamp.br



(ODOM *apud* ALVES; FIORINI, 2018). O tema vem sendo discutido com maior ênfase e sua implantação no ensino regular sendo concretizada mais amplamente, porém ainda há entraves para que a inclusão em sua real definição seja realidade nas escolas e sociedade. Dado que a inclusão escolar ancora-se nos princípios de acesso, da participação e da aprendizagem de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (ALVES; FIORINI, 2018), sabe-se que somente o acesso à escola não garante inclusão. Nesse contexto, as aulas de Educação Física (EF) apresentam-se como campo rico de vivências e aprendizagem para todos os alunos, nas quais podem experimentar além dos esportes diferentes formas de movimentar-se, de significar e ressignificar não só o movimento corporal, mas também refletir sobre seu papel nas aulas. Pode-se oportunizar a discussão sobre como executar, bem como adaptar as atividades para que crianças com algum tipo de deficiência possam participar das aulas, trabalhando-se empatia, comprometimento, criatividade e sensibilidade para necessidades de todos os alunos da turma. Assim, a partir de ações coletivas, alunos com deficiência poderiam ter garantido tanto acesso à escola como processos de ensino-aprendizagem que garantam a eles meios para seu desenvolvimento. Nesse ínterim, pensando em tornar os alunos mais atuantes, exercitar sua criatividade, criticidade e responsabilidades frente à inclusão nas aulas de EF, foi proposto a alunos de escola básica localizada em Florianópolis/SC o desafio de adaptar jogos de regras simples para diferentes tipos de deficiência escolhidas pelos próprios alunos. Este estudo, portanto, tem como objetivo relatar a atividade desenvolvida durante o primeiro bimestre do ano de 2019, durante aulas de Educação Física, da qual resultaram 15 jogos adaptados para as deficiências visuais, auditivas, físicas e intelectuais.

MÉTODOS

O estudo destinou-se a escolares do Ensino Fundamental II, no primeiro bimestre (fev-abr) de 2019, com alunos de sétimos, oitavos e nonos anos da Escola Básica João Alfredo Rohr, em Florianópolis/SC, na disciplina de EF, que adaptaram jogos de regras simples para diferentes tipos de deficiência, à sua escolha. A atividade deu-se em quatro etapas, a saber: problematização; pesquisa; planejamento e aplicação; socialização dos jogos. Participaram o total de 135 alunos, durante 18 aulas com duração de 45 minutos cada. Na etapa de problematização, foi realizado debate em sala sobre acessibilidade nas aulas de EF, discutindo-se como era possível para alunos com diferentes tipos de deficiência participar de aulas onde o tema era Jogos de Mesa (conteúdo de “Jogos” ministrado anteriormente às turmas), fossem eles de tabuleiro ou não. Frente às dificuldades elencadas pelos alunos e a constatação de que alguns de seus colegas não conseguiriam participar de tais aulas, partiu-se para a segunda etapa: a pesquisa em grupos. Na etapa de pesquisa os alunos tiveram três aulas na sala informatizada para responder a quatro itens: 1) Qual o conceito de jogos; 2) Qual o conceito de deficiência; 3) Escolha de jogo com regras simples e descrição das regras; 4) Escolha de deficiência ou síndrome e descrição de suas características. Após obterem as respostas iniciou-se a parte prática do projeto, ou seja, adaptar o jogo escolhido para a deficiência que foi pesquisada. O planejamento e



criação ocorreu durante três semanas, em que os alunos esboçaram seus projetos utilizando materiais da escola (papel, cartolina, e.v.a., tintas, hidrocor, cola branca e colorida, fita adesiva, entre outros) e alguns que trouxeram de casa quando não havia disponível o material necessário (caixas de papel, madeira, massa de modelar, fotos), com a orientação de que ficassem livres para escolherem o material. Colocaram em prática piloto suas ideias, sempre com foco em pessoas com a deficiência escolhida, que deveriam conseguir participar do jogo proposto. Durante todo o processo os alunos eram questionados sobre seu trabalho estar (ou não) adequado às características da deficiência trabalhada, sendo a última aula utilizada para correções que precisassem ser feitas. Ao final de 18 aulas, deu-se a socialização, na qual cada grupo apresentou o trabalho para sua turma e os jogos foram socializados com todos na escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizadas, em geral, modificações no material, espaço, forma de explicar, a fim de incluir todos na mesma atividade. Foram 15 os jogos adaptados para deficiências visuais, auditivas, físicas e intelectuais. No Quadro 1 encontram-se descritos dois exemplos de jogos repensados para cada deficiência (para deficiência auditiva foi adaptado apenas um jogo, dentre os 15):

Quadro 1. Adaptação de Jogos de Mesa para inclusão de participantes do Ensino Fundamental II com deficiências diversas (2019).

Jogo Tradicional	Adaptação	Materiais	Deficiência
Stop	O Jogo passou a ser visual e não escrito, com figuras.	Fotos, figuras de frutas, carros, cores, cola, tesoura, papel contact.	Auditiva
Jogo da Memória	O jogo foi adaptado com diferentes pares de materiais dentro de pequenas caixas de papel, em sua tampa números em braile feitos com cola colorida.	Caixas de papel, cola colorida, algodão, lixa, escova de dentes, esponjas, lã, bolinhas de isopor.	Visual
Uno	Cartas feitas com códigos de cores em relevo e números em braile.	Papel cartão, cola colorida e tesoura	
Ping Pong	Raquetes mais leves feitas com E.V.A e papelão, adaptador para prender a raquete a mão da criança com dificuldade de preensão.	E.V.A, papelão, cola, fita adesiva, punhos de moletom, velcro.	Física
Xadrez	Dispositivos encaixados na cabeça para mover as peças. Peças feitas de papelão.	Papelão, fita adesiva, lápis de cor, cola.	
Quebra-Cabeça	Peças maiores coladas em uma base mais grossa com gabarito.	Figura, cola, papelão, tesoura.	

XICBAMA

MACEIÓ

CONGRESSO BRASILEIRO
DE ATIVIDADE MOTORA
ADAPTADA



Trilha	Peças feitas com massinha colorida e tabuleiro com caminhos e encaixes para as peças. Tabuleiro pintado de cor vibrante para chamar a atenção.	Isopor, tinta, pincel, massinha colorida.	Intelectual
--------	--	---	-------------

Todos os grupos conseguiram participar do desafio e propor um jogo adaptado, o que suscita aplicabilidade da proposta em outras turmas, idades e contextos. Acredita-se que a liberdade para escolher jogo e deficiência a serem trabalhadas contribuiu para o resultado de participação plena, assim como o processo de problematização com discussão, que contribuiu para desenvolver o senso de coletividade e desenvolvimento de empatia. O fato de haver alunos com deficiência nas turmas enriqueceu ainda mais as experiências, pois além de partir do professor formas de incluí-los nas aulas, propor eventualmente aos alunos esta tarefa gera discussões interessantes, como novas e diferentes possibilidades de execução da mesma. Essa perspectiva é importante pois, como afirmam Greguol e Rose Junior (2009), o mais forte pessimismo dentre professores é não se sentirem preparados para lidar com alunos com deficiência. Como referem Cruz et al. (2015), o tema inclusão trazido à EF representa uma provocação para a área, principalmente ao se considerar a ideia de inclusão para além do atendimento escolar e questionar-se se as aulas tradicionais garantem a participação efetiva de todos os alunos. Algumas atividades ou conteúdos só se tornam acessíveis a pessoas com determinadas deficiências mediante adaptações (MUNSTER, 2013) todavia, fazer uma atividade acessível para todos nem sempre é possível, seja por falta de material, espaço ou até mesmo devido às complexas características de certas deficiências. A fim de possibilitar acesso a conteúdos diversificados, torna-se necessário recorrer a procedimentos pedagógicos variados e específicos, visando modificações para atender às necessidades educacionais de todo os escolares. Com efeito, refletir sobre inclusão é pensar em mecanismos que possam progressivamente extinguir e/ou reduzir os preconceitos que estão plantados na sociedade (RODRIGUES; LIMA; DUARTE; TAVARES, 2004), e isso pode ser realizado mediante ações de sensibilização da sociedade, seguidas da convivência na diversidade humana em si, dentro das escolas inclusivas (SASSAKI *apud* RODRIGUES; LIMA; DUARTE; TAVARES, 2004). Acredita-se que o trabalho conduzido junto a alunos da Escola Municipal João Alfredo Rohr trouxe produtivas reflexões sobre diferentes deficiências, suas características, o papel da sociedade, da escola e de cada um frente à realidade vivida. Afinal, a inclusão escolar é um direito à inserção e participação no processo de ensino-aprendizagem garantido inicialmente pela Constituição Brasileira de 1988, pelas Leis de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência, BRASIL, 2015). Os alunos puderam não só aprender a teoria, mas buscar na prática soluções simples para que o colega com deficiência auditiva pudesse jogar “*stop*” junto com todos os outros da sala, por exemplo. Trazer os alunos para o pensar, muito além do apenas reproduzir, faz com que eles se coloquem no lugar daquele que tem algum tipo de dificuldade e percebam que essa dificuldade não o impede de brincar e participar



das aulas como os demais. Que sim, o colega pode ter uma dificuldade que ele não tenha, mas que pode ter habilidades que ele também não possui e que essas diferenças unidas enriquecem ainda mais seu aprendizado e suas vivências não apenas na comunidade escolar mas na sociedade em geral. De forma geral os alunos gostaram muito do produto final efetivado, pois agora possuem diferentes tipos de jogos para brincar e, o mais importante, idealizado e construído por eles mesmos.

CONCLUSÃO

Proporcionar a inclusão com dinâmicas de pesquisa, crítica, colaboração e criatividade, não só cria referências para convívio empático nas escolas como enriquece o processo ensino-aprendizagem. Dificuldades para inclusão de escolares com deficiência continuarão existindo, mas adaptar jogos de mesa na EF proporcionou maior integração interpessoal, resultou em novos materiais didáticos e atendeu ao desafio de possibilitar que todos participassem das atividades de jogo. Vale ressaltar a importância do “colocar-se no lugar do outro”, percebendo possibilidades e não apenas dificuldades, como estratégia educativa *per si*. Com materiais simples, criatividade e comprometimento foi possível tornar aulas de EF acessíveis a todos.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. L. T; FIORINI, M.L.S. Como promover a Inclusão nas aulas de educação física? A Adaptação como caminho. *Revista da Sobama*, Marília, v.19, n.1, p.3-16, Jan/Jun, 2018.

BRASIL. *Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. *Lei Federal n.13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)* Brasília, DF, 2013.

BRASIL. *Constituição Federal*. Brasília: Congresso Nacional, 1988.

CRUZ, G. C.; CAPARROZC, L. B. S., FONTANAC, E. C., CORREAC, R., HONORATO, I. C. R. Associações e dissociações no campo da educação física: para onde vai o trabalho dos grupos de trabalho? *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v.37, n.4, p.348-354, 2015.

GREGUOL, M.; ROSE JÚNIOR, D. de. Percepções dos professores quanto à inclusão de alunos com deficiência em aulas de educação física. *Movimento*, v.15, n.2, p.119-140, abril-junho, 2009.

XICBAMA

MACEIÓ

CONGRESSO BRASILEIRO
DE ATIVIDADE MOTORA
ADAPTADA



MUNSTER, M.A. Inclusão de estudantes com deficiência em programas de educação física: Adaptações curriculares e metodológicas. *Revista da Sobama*, Marília, v.14, n.2, p.27-34, Jul/Dez, 2013.

RODRIGUES, G.M; LIMA, S. M. T; DUARTE, E; TAVARES, M. C. G. C. F. Demarcações Soci ais e as relações didáticas na escola: Considerações acerca da inclusão. *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*, Campinas, v.25, n.3, p.43-56, Maio, 2004.